— *Ação Direta de Inconstitucionalidade. Tribunal de Contas Estadual: Organização e composição. Constituição do Estado do Piauí (artigo 88, § 2º, I e II). Leis nºs. 4.721/94 (artigo 81, I e II) e 5.056/99 (artigos 2º e 3º, I e II) ambas do Estado do Piauí.*

— *Ofende a Constituição Federal a norma estadual (constitucional ou infraconstitucional) que altera a possibilidade de o Governador indicar dois nomes para prover os cargos de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, alternadamente, entre auditores e membros do Ministério Público, além de um terceiro de sua livre escolha.*

— *Sendo o Tribunal de contas do Estado integrado por sete conselheiros, três devem ser escolhidos pelo governador e quatro pela Assembléia legislativa. Precedentes.*

— *Pedido de liminar deferido.*

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.013

Requerente: Partido dos Trabalhadores — PT

Requerido: Governador do Estado do Piauí

Requerida: Assembléia Legislativa do Estado do Piauí

Relator: Sr. Ministro MAURÍCIO CORRÊA

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal

Federal, em Sessão Plenária, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, deferir o pedido de medida cautelar, para suspender, até

a decisão final da ação direta, com eficácia *ex nunc*, a execução e a aplicabilidade dos incisos I e II do § 2º do art. 88 da Constituição do Estado do Piauí; dos incisos I e II do art. 81 da Lei estadual nº 4.721, de 27/07/94, bem como dos artigos 2º e 3º, incisos I e II da Lei estadual nº 5.056, de 11/05/1999.

Brasília, 17 de junho de 1999.

MOREIRA ALVES — PRESIDENTE
MAURÍCIO CORRÊA — RELATOR

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO MAURÍCIO CORRÊA: O Partido dos Trabalhadores — PT, com fulcro nos artigos 102, inciso I, alíneas “a” e “p” e 103, inciso VIII, todos da Carta Federal, requer medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade para que sejam suspensos os efeitos dos incisos I e II do § 2º do artigo 88 da Constituição do Estado do Piauí, dos incisos I e II do artigo 81 da Lei nº 4.721, de 27/07/94 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Piauí) e dos artigos 2º e 3º, incisos I e II, da Lei Estadual nº 5.056, de 11/05/99, que disciplina a escolha de Conselheiros do Tribunal de Contas.

2. Os dispositivos impugnados assim dispõem, *verbis*:

a) Constituição do Estado do Piauí:

“Art. 88 — (...)”

§ 2º — Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado serão escolhidos:

I — dois pelo Governador, com aprovação da Assembléia Legislativa, sendo um dentre os auditores ou membros do Ministério Público, alternadamente, indicados em lista tríplice, segundo os critérios de antigüidade merecimento;

II — cinco pela Assembléia Legislativa.”

b) Lei Estadual nº 4.721/94:

“Art. 81 — Os Conselheiros do Tribunal de Contas serão escolhidos:

I — dois pelo Governador do Estado, que os nomeará após aprovação pela Assembléia Legislativa, sendo um dentre os Auditores ou membros do Ministério Público, alternadamente, indicados em lista tríplice, segundo os critérios de antigüidade e merecimento;

II — cinco pela Assembléia Legislativa, na forma do disposto em seu Regimento Interno.”

c) Lei Estadual nº 5.056/99:

“Art. 2º — No caso dos cinco Conselheiros já escolhidos pela Assembléia Legislativa (Art. 88, § 2º, inciso II, da Constituição Estadual), as vagas que se verificarem permanecerão a ela vinculadas e serão por ela providas, após arguição pública, em sessão especial, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, em escrutínio secreto.

Art. 3º — Para provimento das duas outras vagas (art. 88, § 2º, inciso I, da Constituição Estadual), observar-se-á o seguinte:

I — Na primeira vaga que ocorrer, a escolha será feita livremente pelo Governador do Estado, com aprovação da Assembléia Legislativa, permanecendo vinculada ao Poder Executivo a iniciativa de futuros provimentos.

II — Verificada a outra vaga, a escolha será feita pelo Governador do Estado, com aprovação da Assembléia Legislativa, dentre os auditores e, ao vagar, dentre os membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas alternadamente, indicados em lista tríplice pelo Tribunal de Contas, segundo os critérios de antigüidade e merecimento.”

3. Alega o requerente que as normas impugnadas violam os artigos 73, § 2º e seus incisos I e II, 75 e seu parágrafo único, e 130, todos da Constituição Federal.

4. Indica precedentes desta Corte no mesmo sentido da pretensão deduzida: ADI nº 219-PB, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, j. em 24/06/93, DJ de 23/09/94, ADI nº 419-ES, Rel. Min. FRANCISCO REZEK, j. em 11/10/95, DJ de 24/11/95, e ADI nº 1.566-SC, Rel. Min. MOREIRA ALVES, j. em 18.03.99, DJ de 23/04/99.

5. Sustenta, em síntese, que ofende a Carta Republicana a norma da Constituição local que retira do Governador a possibilidade de indicar dois nomes para os cargos de conselheiro que devem recair, alternadamente, entre auditores e membros do Ministério Público, além de um terceiro de sua livre escolha.

6. Afirma encontrar-se vago, desde setembro de 1998, um dos sete cargos de conselheiro do Tribunal de Contas, sendo que os de-

mais estão assim providos: cinco por escolha da Assembléia Legislativa e um de livre indicação do Governador do Estado, não havendo, portanto, na composição daquele órgão, nenhum representante dos auditores nem do Ministério Público.

7. Aduz que a despeito de em novembro de 1998 o Tribunal de Contas haver encaminhado ao Governador lista tríplice de auditores para a respectiva escolha e nomeação, a Assembléia Legislativa aprovou a Lei nº 5.056/99, prevendo que a primeira vaga seria de livre indicação do Executivo, persistindo, dessa forma, a ofensa ao parâmetro federal.

8. Apontando o *periculum in mora* em face da iminência de realizar-se tal nomeação, em prejuízo dos auditores e membros do Ministério Público, e o *fumus boni iuris*, tendo em vista as normas constitucionais e os precedentes mencionados, pede medida cautelar para que seja suspensa a eficácia dos preceitos impugnados.

É o relatório.

VOTO

O SENHOR MINISTRO MAURÍCIO CORRÊA — (Relator): A questão suscitada na inicial é similar às examinadas por ocasião do julgamento de várias ações diretas de inconstitucionalidade, como exemplificam os acórdãos assim ementados:

“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. ARTIGO 74. §1 — I — TRIBUNAL DE CONTAS: COMPOSIÇÃO. INDICAÇÃO DE LIVRE ESCOLHA DO GOVERNADOR DO ESTADO. PRECEDENTES DO STF.

O Supremo Tribunal Federal, interpretando a expressão “no que couber”, no artigo 75 da Constituição Federal, firmou jurisprudência no sentido de ser válida a escolha, por parte do governador — ante a impossibilidade aritmética de adoção do modelo federal da terça parte, de um auditor e um membro do Ministério Público, alternadamente, e de um terceiro a seu critério. Precedentes (ADIN 219, entre outras).

Ação direta julgada procedente.”

(ADI nº 419-ES, Rel. Min. FRANCISCO REZEK, j. em 11/10/95. DJ de 24/11/95, RTJ 160/772).

“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. TRIBUNAL DE CONTAS, INCISOS I E II DO § 2º, E 3º, DO ARTIGO 61 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

— Já se firmou nesta Corte o entendimento — assim, a título exemplificativo, nas ADINs 219 e 419 — de que, em virtude da expressão “no que couber” contida no artigo 75 da Constituição Federal, nos Estados em que o Tribunal de Contas for composto por sete Conselheiros, e portanto, não for possível aritmeticamente a adoção do modelo federal da terça parte, ao Governador caberá escolher três deles, um dentre auditores e outro dentre membros do Ministério Público, alternadamente, e um terceiro a seu critério.

Ação direta julgada procedente, para declarar inconstitucionalidade dos incisos I e II do § 2º, e do 3º do artigo 61 da Constituição do Estado de Santa Catarina.”

(ADI nº 1.566-SC, Rel. Min. MOREIRA ALVES, j. em 18/03/99, DJ de 23/04/99).

“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE — CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL — COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL — PROVIMENTOS DOS CARGOS DE CONSELHEIRO — NORMAS QUE RESERVARAM, À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, O PREENCHIMENTO DE CINCO VAGAS E, AO GOVERNADOR DO ESTADO, APENAS DUAS VAGAS — SUSPENSÃO CAUTELAR DEFERIDA.

(...)

A Carta Federal, ao delinear o modelo de organização do Tribunal de Contas da União, *extensível*, de modo cogente e imperativo, à organização e composição dos Tribunais de Contas locais, *prescreve*, no seu art. 73, § 2º, incisos I e II, que os componentes da Corte de Contas serão escolhidos na proporção de 1/3 pelo Chefe do Poder Executivo e de 2/3 pelo Poder Legislativo. Observando-se tal *relação de proporcionalidade*, os Tribunais de

Contas estaduais deverão ter *quatro* Conselheiros eleitos pela Assembléia Legislativa e *três* Conselheiros nomeados pelo Chefe do Poder Executivo do Estado-membro. *Dentre* os três nomeados pelo Chefe do Poder Executivo estadual, *apenas um* será de livre nomeação do Governador do Estado. *Os outros dois* deverão ser nomeados pelo Chefe do Poder Executivo local, *necessariamente*, dentre ocupantes de cargos de Auditor do Tribunal de Contas (um) e de membro do Ministério Público junto à Corte de Contas local (um).” (ADI nº 892-RS, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, j. em 27/10/94, DJ de 07/11/97).

2. Infere-se, pois, que a norma insculpida no artigo 75 da Constituição da República é imperativa ao estabelecer que os Estados-membros disporão sobre a organização e composição dos seus Tribunais de Contas de conformidade com o parâmetro federal.

3. É certo que quanto ao Tribunal de Contas da União, sendo nove o número de ministros que o compõem, inexistiu dificuldade aritmética para o rateio dos cargos, cabendo ao Presidente da República a escolha de um terço, o que possibilita a indicação de um auditor, um membro do Ministério Público e um terceiro de sua livre escolha, ficando os dois terços, isto é, seis cargos, destinados ao Congresso Nacional.

4. Sobressai dessa estrutura que o constituinte optou por valorizar o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, pela relevância das suas funções institucionais, e os auditores por serem substitutos de ministros.

5. Essa concepção não pode ser relegada quando da composição dos Tribunais de Contas estaduais. Por isso a construção pretoriana que preserva a harmonia da tríplice origem dos componentes desse terço: um auditor, um membro do Ministério Público e um de livre escolha do Governador.

6. Nesse aspecto, também não há como a impugnada Lei nº 5.056/99 subsistir no mundo jurídico porque, além de insistir que no caso dos cinco conselheiros já escolhidos pela Assembléia Legislativa, as vagas que, se verificarem permanecem a ela vinculadas e por ela providas, assegura ao Governador a livre escolha para o provimento da primeira vaga

que ocorrer, dentre as duas previstas no inciso I do § 2º do artigo 88 da Constituição do Estado do Piauí.

7. Em consequência, viola a Constituição Federal a norma estadual — constitucional ou infraconstitucional — que altera prerrogativa do Governador indicar dois nomes para prover os cargo: de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, alternadamente, entre auditores e membros do Ministério Público, além de um terceiro de sua livre escolha.

8. Ante o exposto, patentes a relevância da fundamentação jurídica do pedido e o *periculum in mora*, em virtude da iminente possibilidade de consumir-se nomeação ao arripio da Constituição Federal, segundo a exegese que, no ponto, tem lhe dado esta Corte, concedo a liminar requerida para suspender a eficácia, com efeito *ex nunc*, dos incisos I e II do § 2º do artigo 88 da Constituição do Estado do Piauí, dos incisos I e II do artigo 81 da Lei Estadual nº 4.721, de 27/07/94, bem como dos artigos 2º e 3º, incisos I e II, da Lei Estadual nº 5.056, de 11/05/99, até o final julgamento desta ação.

VOTO (MEDIDA LIMINAR)

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE: Sr. Presidente, o conjunto de normas objeto da ação direta é duplamente inconstitucional.

Primeiro, aderindo à jurisprudência que se formou na ADIn 219, da Paraíba, embora inicialmente tenha ficado vencido neste ponto, estou convencido de que é necessário, para compor a divisão, aritmeticamente impossível do art. 75 da Constituição, reservar ao Governador a nomeação de três dos sete conselheiros do Tribunal de Contas de modo a assegurar-lhe uma nomeação livre e duas nomeações vinculadas à clientela dos auditores e dos procuradores.

Em segundo lugar, há uma estranha disposição transitória na última das leis inquestionadas. A regra de transição, obviamente, há de ser aquela que possibilite, o mais rápido possível, chegar-se ao modelo definitivo da

parte permanente da Constituição. Como a inicial demonstra que já existem cinco Conselheiros — portanto, mais do que os devidos — indicados pela Assembléia, um outro nomeado livremente pelo Governador e um cargo vago, é óbvio que o dispositivo do art. 3º, inciso II, da Lei Estadual nº 5.056, se agravaria a distância existente entre o modelo transitório atual e o modelo definitivo, na medida em que daria ao Governador a livre nomeação de mais um conselheiro em inadmissível prejuízo de Auditores e Procuradores.

Acompanho o eminente Relator, deferindo integralmente a liminar.

EXTRATO DE ATA

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE nº 2.013-7 — medida liminar

Proced.: Piauí

Relator: Min. Maurício Corrêa

Reqte.: Partido dos Trabalhadores — PT

Advdos.: Alberto Moreira Rodrigues e Outros

Reqdo.: Governador do Estado do Piauí

Reqda.: Assembléia Legislativa do Estado do Piauí

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, deferiu o pedido de medida cautelar, para *suspender*, até a decisão final da ação direta, com eficácia *ex nunc*, a execução e a aplicabilidade dos incisos I e II do § 2º do art. 88 da Constituição do Estado do Piauí; dos incisos I e II do art. 81 da Lei estadual nº 4.721, de 27/07/1994, bem como dos arts. 2º e 3º, incisos I e II da Lei estadual nº 5.056, de 11/05/1999. Votou o Presidente. Ausentes, justificadamente, os Srs. Ministros Carlos Velloso (Presidente), Sydney Sanches e Marco Aurélio. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moreira Alves (art. 37, I do RISTF). Plenário, 17.06.99.